

STJ00120002

LEANDRO PAULSEN

Doutor em Direitos e Garantias do Contribuinte
Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região

TRATADO DE
DIREITO PENAL
TRIBUTARIO
BRASILEIRO

3ª edição
Revista e atualizada
2024

saraiva  jur



Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteadó
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Flór de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Deborah Caetano de Freitas Viadana
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Alanne Maria Guilherme Salvador Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Tangente Design
Revisão	Paula Mercy Cardoso Craveiro
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marti Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ELABORADO POR ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR - CRB-8/9949**

P332t	Paulsen, Leandro
	Tratado de Direito Penal Tributário Brasileiro / Leandro Paulsen. - 3. ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2024. 432 p.
	ISBN: 978-65-5362-924-0
	1. Direito. 2. Direito penal. 3. Direito tributário. I. Título.
2023-3102	CDD 345 CDU 343

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal	345
2. Direito penal	343

Data de fechamento da edição: 10-1-2024

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA	[706899]	CL	[608781]	CAE	[853728]
					OP 229691

.....

.....

Sumário

.....

Nota do autor VII

Parte I

A ORDEM TRIBUTÁRIA E A SUA TUTELA PENAL

Capítulo 1

A Ordem Tributária Enquanto Bem Jurídico

1.	Entre direitos e deveres fundamentais	3
2.	A ordem tributária como bem jurídico tutelado	4
3.	Os princípios da capacidade contributiva, da capacidade colaborativa, da segurança jurídica, da isonomia e da praticabilidade da tributação	14
4.	A previdência social: direito fundamental social, caráter contributivo, princípio da solidariedade e tipos penais especiais.....	32
5.	Levando a tributação a sério: o combate aos ilícitos tributários como imperativo ético e legal	36
6.	Os atores da cena tributária: servidores públicos, contribuintes e colaboradores que violam suas obrigações, comprometendo a ordem tributária.....	42

Capítulo 2

O Direito Penal em Face do Direito Tributário

7.	O direito penal tributário como direito de sobreposição ao direito tributário....	47
-----------	---	----

TRATADO DE DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

8.	Unidade do ilícito (ou unidade do injusto) e resguardo da competência jurisdiccional tributária: da pendência de ação judicial tributária, das questões prejudiciais e da suspensão do processo penal.....	50
9.	O <i>ne bis in idem</i> em matéria punitiva e a dupla punição (administrativa e penal) dos ilícitos tributários.....	57
10.	A inconstitucionalidade da prisão civil por dívida e a ação de depósito fiscal.....	68
11.	As sanções administrativas: multas simples e qualificadas	70
12.	As sanções penais em face da fragmentariedade, da subsidiariedade e da <i>ultima ratio</i> do direito penal: privação de liberdade, multas e restrições a direitos	74
13.	A responsabilidade administrativa em matéria tributária, os terceiros, as infrações, a denúncia espontânea e a responsabilidade penal.....	77

Parte II

CRIMES PRATICADOS POR SERVIDORES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E CORRELATOS

Capítulo 3

O Poder de Polícia Fiscal e os Servidores como Autores de Crimes contra a Ordem Tributária

14.	Administração tributária e os princípios que a regem	95
15.	Fiscalização tributária e suas prerrogativas.....	97
16.	Acesso do Fisco à informação sigilosa.....	103
17.	Acesso do Fisco aos acordos de colaboração premiada e de leniência.....	108
18.	O sigilo fiscal, sua preservação e o compartilhamento de informações com o Ministério Público.....	110
19.	Os crimes praticados por servidores públicos contra a ordem tributária.....	114

Capítulo 4

Crimes dos Servidores em Detrimento da Administração para o Favorecimento dos Contribuintes

20.	Corrupção passiva fiscal.....	117
21.	Advocacia administrativa fiscal.....	121
22.	Inserir dados falsos em sistema de informações	122
23.	Facilitação ao descaminho.....	124

Capítulo 5

Outros Crimes dos Servidores em Prejuízo dos Contribuintes

24. Extravio, sonegação ou inutilização de livro, processo ou documento fiscal	127
25. Excesso de exação.....	128
26. Violação de sigilo fiscal.....	129

Capítulo 6

Crimes de Abuso de Autoridade em Matéria Fiscal

27. Os limites do poder de polícia fiscal e o abuso de autoridade	133
28. Abuso por invasão de imóvel	140
29. Abuso por obtenção de prova por meio ilícito ou sua utilização.....	143
30. Abuso por instauração de investigação sem indício de infrações.....	148
31. Abuso por instauração de persecução sem justa causa	152
32. Abuso por procrastinação injustificada	155
33. Abuso por negativa de acesso a procedimento de investigação.....	159
34. Abuso por exigência de informação ou de cumprimento de obrigação sem amparo legal.....	163
35. Abuso por excesso de indisponibilidade de ativos financeiros	166

Parte III

CRIMES DE PARTICULARES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E CORRELATOS

Capítulo 7

Considerações gerais

36. A evolução legislativa dos crimes praticados por particulares contra a ordem tributária.....	173
37. Constituição definitiva do crédito tributário como condição objetiva de punibilidade dos crimes materiais contra a ordem tributária: Súmula Vinculante 24 do STF	176
38. Processo administrativo de imposição de multa tributária e ação penal por crime contra a ordem tributária.....	183

TRATADO DE DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

39.	Representação fiscal para fins penais.....	185
40.	Ação penal pública	188
41.	Não há crime culposo contra a ordem tributária, apenas doloso.....	188
42.	Planejamento tributário e os conceitos de elisão e evasão	189
43.	Conformidade e medidas para evitar as infrações tributárias: departamentos e assessorias contábeis e tributárias, auditorias e <i>compliance</i> tributário	194
44.	Autoria e concurso de autores nos crimes contra a ordem tributária e a teoria do domínio do fato	197
45.	Responsabilidade penal dos contribuintes, diretores, membros dos conselhos de administração e fiscal, advogados, contadores e demais pessoas que concorram para os crimes tributários	203
46.	Irresponsabilidade das pessoas jurídicas	213

Capítulo 8

Crime de Sonegação de Tributos

47.	Questões conceituais envolvendo as palavras “sonegação” e “defraudação”	215
48.	Sonegação de tributos: a supressão ou redução de tributos como elemento comum às diversas condutas caracterizadoras de crime material contra a ordem tributária.....	219
49.	Sonegação de tributos mediante omissão de informação ou declaração falsa, como omissão de receitas etc. (1º, I)	220
50.	Sonegação de tributos mediante fraude, como enquadramento indevido no Simples Nacional e compensação de créditos inexistentes etc. (1º, II)	222
51.	Sonegação de tributos por falsificação ou alteração de documento (1º, III)	232
52.	Sonegação de tributos por emissão de documento falso ou inexato (1º, IV)	235
53.	Sonegação de tributos por não emissão de documento fiscal de venda (1º, V e parágrafo único).....	237
54.	O tipo especial de sonegação de contribuições previdenciárias (337-A).....	241
55.	Sonegação de contribuição previdenciária mediante omissão de segurado na folha de pagamento ou documento de informações (337-A, I)	245
56.	Sonegação de contribuição previdenciária mediante conduta de deixar de lançar na contabilidade as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou tomador de serviços (337-A, II).....	245
57.	Sonegação de contribuição previdenciária mediante omissão de fatos geradores de contribuições previdenciárias como remunerações, receitas e lucros (337-A, III).....	246

Capítulo 9

Apropriação Indébita Tributária

58. Apropriação indébita de tributos em geral	249
59. Deixar de recolher tributos descontados ou cobrados.....	249
60. Deixar de recolher imposto indireto (IPI/ICMS/ISS).....	253
61. Deixar de recolher tributos sob substituição tributária	260
62. Tipo especial de apropriação indébita de contribuição previdenciária.....	262
63. Deixar de repassar as contribuições previdenciárias recolhidas dos contribuintes...	263
64. Deixar de recolher contribuição previdenciária descontada de pagamento efetuado a segurado ou arrecadada do público	268
65. Deixar de recolher contribuição previdenciária que tenha integrado despesas ou custos relativos à venda de produtos ou serviços	269
66. Deixar de pagar benefício devido a segurado quando os valores já tiverem sido reembolsados à empresa pela previdência social	269
67. Apropriação indébita pelo depositário infiel em execução fiscal	270

Capítulo 10

Crimes Formais contra a Ordem Tributária

68. Crimes formais contra a ordem tributária e a violação de obrigações acessórias, formais ou instrumentais.....	275
69. Fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos ou empregar outra fraude para eximir-se de pagamento de tributo.....	279
70. Exigir, pagar ou receber qualquer percentagem sobre parcela de incentivo fiscal	281
71. Deixar de aplicar conforme estatuído incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.....	284
72. Utilização ou divulgação de programa para adulteração da informação contábil.....	287
73. Falsificação de papéis públicos tributários.....	288

Capítulo 11

Crime de Descaminho

74. Descaminho.....	291
----------------------------	-----

Capítulo 12

Excludentes de Tipicidade, Ilícitude e Culpabilidade

75. Excludentes de tipicidade, ilícitude e culpabilidade nos crimes contra a ordem tributária	295
76. Insignificância.....	296
77. Adequação social	301
78. Erro de proibição.....	301
79. Estado de necessidade	303
80. Inexigibilidade de conduta diversa	304

Capítulo 13

Concurso, Consunção, Continuidade e Dosimetria

81. Concurso de crimes nas ações penais tributárias.....	311
82. Consunção ou absorção dos crimes-meio pelos crimes-fim contra a ordem tributária	313
83. Concurso de crimes ou crime único na sonegação de diversos tributos.....	317
84. Continuidade delitiva nos crimes contra a ordem tributária	318
85. Dosimetria nos crimes contra a ordem tributária: a atenuante da reparação do dano e a causa de aumento da pena por grave dano ao erário.....	320

Capítulo 14

Institutos Despenalizantes em Face dos Crimes contra a Ordem Tributária

86. Evitando ações penais e penas privativas de liberdade	323
87. “A denúncia espontânea” como instituto tributário a ser utilizado para purgar o ilícito, afastando quaisquer sanções administrativas e penais.....	324
88. Causas suspensivas e extintivas da punibilidade dos crimes contra a ordem tributária e seus efeitos	326
89. Suspensão da punibilidade pelo parcelamento	327
90. Suspensão da punibilidade como decorrência de outras causas suspensivas da exigibilidade do crédito tributário.....	338
91. Suspensão da punibilidade pela moratória	342
92. Suspensão da punibilidade por decisão judicial em ação tributária (liminar, sentença ou acórdão recorríveis)	343

93. Depósito do montante integral em ação tributária.....	345
94. Suspensão da punibilidade mediante penhora em execução fiscal e outras formas de oferecimento de garantia.....	347
95. Extinção da punibilidade pelo pagamento.....	350
96. Extinção da punibilidade por outros modos de extinção e de exclusão do crédito tributário	357
97. Extinção da punibilidade por compensação tributária.....	359
98. Extinção da punibilidade por transação tributária.....	362
99. Extinção da punibilidade por remissão do crédito tributário.....	364
100. Extinção da punibilidade pela decadência do direito de lançar.....	365
101. Extinção da punibilidade pela prescrição da ação para execução do crédito tributário.....	366
102. Extinção da punibilidade pela anistia na regularização cambial e tributária da Lei n. 13.254/2016	368
103. Transação penal	369
104. Acordo de não Persecução Penal	370
105. Suspensão condicional do processo	371
106. Substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos.....	372
107. Suspensão condicional da pena	373

Capítulo 15

Crime de Lavagem de Dinheiro da Sonegação

108. Lavagem de dinheiro do produto da sonegação?	375
<i>Referências</i>	391
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	407